



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

**PRIMEIROS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL EM
PERNAMBUCO EM 1940**

Bruna Soares Farias¹
Camila Sobral Leite Lyra Montalvão²
Lenita Maria Maciel de Almeida³

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o desenvolvimento do Serviço Social em Pernambuco, destacando-se para a discussão a década de 1940. Trata da escassez de espaços de intervenção profissional para a conquista de legitimação social da profissão, observando o caráter residual do Serviço social na década em tela. Foram utilizados como fonte os documentos da Escola de Serviço Social de Pernambuco (1940-1970) e as monografias de suas alunas, bem como estudos acadêmicos que abordam o Serviço Social em Pernambuco. Após a introdução, a exposição aborda os espaços ocupacionais do Serviço Social na década de 1940 e seu posterior adensamento.

Palavras-chave: Serviço Social; Espaços ocupacionais; Intervenção profissional.

First occupational spaces of Social Work in Pernambuco in the 1940s

Abstract

This paper presents the results of a research about the development of Social Work in Pernambuco, focusing on the 1940s for this discussion. Addresses the scarcity of spaces of professional intervention for Social Work to achieve social legitimation, noticing the residual character of the profession in the highlighted period. The study has as its sources the documents of the School of Social Work of Pernambuco (1940-1970) and the monographs of its students, alongside with academic studies which approach Social Work in Pernambuco. After the introduction, the exposition addresses the occupational spaces of Social Work in the 1940s and its subsequent densification.

Keywords: Social Work; Occupational Spaces; Professional intervention.

1. Introdução

O presente artigo aborda as características da emergência do Serviço Social em Pernambuco no âmbito sócio-ocupacional, partindo da hipótese de que tal processo consome toda a década de 1940. Disso resulta uma de suas particularidades: o Serviço

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <bsfarias97@gmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <camila.b58@gmail.com>.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <lenita.mma@gmail.com>.

Social nasce dinamizado já por alguns vetores que marcam o estágio de “erosão do Serviço Social ‘tradicional’ no Brasil” (NETTO, 2004). As notas históricas que seguem enfocam os aspectos que definem o caráter dos espaços ocupacionais da profissão. O material empírico que permitiu a referida caracterização, e a formulação da hipótese diretriz aqui sustentada, diz respeito aos documentos da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) e as monografias desenvolvidas pelas alunas dessa instituição entre os anos 1940-1960, além das evidências informadas em pesquisas e artigos que se debruçaram sobre essa realidade (BERNARDES, 2006; GOMES, 1987; VIEIRA, 1992; PADILHA, 2008; UFPE, 1985). Apesar desenvolvermos apenas um esforço inicial de reconstrução historiográfica, a concepção de totalidade da perspectiva marxiana preside a apreensão das tendências históricas evidenciadas. As quais buscam serem particularizadas sob a luz das indicações teórico-metodológicas fornecidas pela literatura do Serviço Social vinculada à tradição marxista, em especial Abreu (2008), Iamamoto e Carvalho (2005), Iamamoto (2004, 2006, 2010), Netto (2004, 2005, 1996).

Na sinótica formulação de Netto (2005), a referida atividade profissional assalariada encontra-se respaldada por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; diga-se, na ordem monopólica que cria e funda essa profissionalidade. O Serviço Social intervém – ao lado de outros “funcionários especializados” – nos mecanismos elementares de preservação e controle da força de trabalho e, concomitantemente, nos “serviços” acionados pelo Estado para reduzir o conjunto de óbices nos quais se enreda a valorização do capital no ordenamento dos monopólios. Não desempenha, preferencialmente, funções produtivas: se inclui nas atividades “[...] acólitas dos processos especificamente monopólicos de reprodução, da acumulação e da valorização do capital” (p. 76). Estas conformam um complexo compósito de áreas interventivas, onde se entrecruzam e incidem a multiplicidade de dimensões das políticas sociais e nas quais “a ação profissional se move entre a manipulação prático-empírica de variáveis que afetam imediatamente os problemas sociais [...] e a articulação simbólica que pode ser constelada nela e a partir dela” (p. 76). Essa ação se desdobra nos dois referidos níveis, imbricados embora não necessariamente sincronizados. Portanto, se a natureza interventiva que lhe é própria se mostra na escala em que a implementação de políticas sociais implica uma “alternação prático-imediata de situações determinadas”, na mesma medida “[...] é componente desta intervenção uma representação ideal que tanto orienta

a ação alteradora quanto a situação em causa” (p. 76-77). Em suma, o Serviço Social “[...] desenvolveu-se legitimando precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas públicas” (p. 79). Ou, nos termos de Yamamoto e Carvalho (2005): como profissão inscrita na divisão social do trabalho, o Serviço Social “[...] situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (p. 94).

Assim, embora imbuído em fornecer elementos empíricos e hipóteses sobre uma realidade regional, esse trabalho pretende ser um contributo na tarefa – ainda por fazer – de elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil – com suas tendências abrangentes, mas igualmente dinamizada por aspectos de desenvolvimento desigual. Na literatura profissional, ainda permanece o quadro sinalizado por Netto (2016, p. 56): “[...] carecemos [...] de uma história (de histórias) do Serviço Social no Brasil que nos ofereça(m), com rigor e precisão possíveis, o inteiro processo dos seus 80 anos que em 2016 se comemoram”. Com efeito, o ponto de partida é o rico trabalho de Yamamoto e Carvalho (2005) que – ainda na avaliação de Netto (2016, p. 55) – “[...] permanece, até hoje, enquanto empreendimento de análise histórica, sem continuidade entre nós”. Inobstante isso, tal trabalho comporta seus próprios limites de reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, dos quais dois são mais evidentes. O primeiro, e mais óbvio, diz respeito a suas fronteiras temporais: ele que acompanha o desenvolvimento da profissão apenas até a década de 1960, fornecendo indicações sinóticas sobre as décadas seguintes nas suas considerações finais. Em segundo lugar, o material empírico e os aspectos da realidade praticamente estão centrados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais comportam tendências que não podem ser diretamente transplantadas para outras realidades regionais. Essa lacuna nos interessa em particular, posto que o estudo do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1940 pode contribuir para explicitar os ritmos desiguais e a diferenciação interna do evoluir da profissão, efetivamente presentes desde sua gênese no país. Esperamos que o esforço de delimitação necessário para a exposição do tema não tenha implicado em qualquer nuance de abordagem particularista. O interesse propriamente é de colaborar com insumos para apreensão das particularidades do Serviço Social no Brasil.

2. Os espaços ocupacionais na década de 1940 e seu posterior adensamento

Nos anos 1940, em Pernambuco evidenciava-se uma parca quantidade de espaços ocupacionais que requisitasse o/a assistente social, reconhecendo para o/a mesmo/a, concomitantemente, um lugar oficial nas estruturas organizacionais-institucionais. Nos anos 1940, os espaços onde se nota alguma espécie de atuação no âmbito do Serviço Social podem ser divididos em duas classificações.

Em primeiro lugar, existiam aqueles onde as alunas da ESS/PE passaram a desenvolver experiências, vinculadas à atividade de estágio, como requisito da formação, mas de caráter experimental e exploratório, posto a inexistência oficial do Serviço Social nos mesmos. E essa inexistência se expressava na ausência de um setor/departamento/equipe na instituição ou organização para a função, na falta de um projeto próprio para a atuação do Serviço Social no órgão, e mesmo pela ausência de agentes profissionais formados exercendo atividades. Nesses casos, as alunas encarregavam-se praticamente de desbravar as alternativas de inserção do Serviço Social – como uma espécie de “experiência piloto” – orientadas pelas professoras da ESS/PE encarregadas do Estágio, e basicamente centradas na aplicação do Serviço Social de Casos; quando muito, ensaiando algumas ações relacionadas ao Serviço Social de Grupos⁴. Até o momento da pesquisa, identificamos as seguintes instituições

⁴ O que se observa quanto à aplicação dos métodos é que, quanto menos base institucional disponível, menor a viabilidade de aplicação do *Serviço Social de Grupos* ou de ações de *Organização de Comunidade*. Desse modo, as experiências pioneiras, por não disporem de condições institucionais, estruturais, de pessoal, etc., satisfatórias, acabaram restringindo-se à aplicação do *Serviço Social de Casos*, e ainda com uma reduzida capacidade de atendimento.

que abrigaram essas experiências: os Círculos Operários⁵; a Escola Ulisses Pernambucano⁶; e o Departamento de Assistência Social – LBA⁷.

Em segundo lugar, se encontram instâncias que começavam a afirmar o agente técnico especializado no âmbito do Serviço Social como parte de seus quadros oficiais, onde se localizava sua contribuição como subsidiária (ou acólita) em face das finalidades e resultados institucionais estratégicos dos mesmos. A exceção a tal tendência (de posição subsidiária) era a própria ESS/PE, que começou a absorver assistentes sociais diplomadas, a partir de 1944, para atender aos seus requisitos prioritários de formação especializada. E também as Agências de Serviço Social Familiar, criadas após 1948, as quais, pelas suas próprias finalidades, punham a centralidade da atividade do Serviço Social no processamento de suas finalidades precípuas. Embora esse tipo de espaço começasse a despontar, efetivamente na segunda metade da década, isso não significava: (I) nem a existência de uma demanda muito numerosa de agentes – possivelmente não chegasse a duas dezenas o número de cargos ocupados, muitas vezes com as mesmas pessoas empregadas em mais de um deles; (II) nem que os mesmos estivessem assumindo os cargos com a formação concluída (ou

⁵ Registros e análises sobre a experiência pioneira do Serviço Social em Pernambuco, junto ao movimento circulista, podem ser encontrados em Gomes (1987), Ladim e Gomes (1985), Andrade (1946).

⁶ A Escola Ulisses Pernambucano (antes Escola Aires Lima, localizada na Av. João de Barros, n. 594, bairro de Santo Amaro) foi criada pelo Governo do Estado em 1941. Assim são definidos seus objetivos, por Costa (1949, p. 41): “A Escola Ulisses Pernambucano, é um externato mixto para crianças, cujo grau de anormalidade psico-pedagógico não admite acompanhar o regime de ensino comum, porém que, sob métodos especiais podem ser educadas e reeducadas”. Ana Luiza Costa, uma das alunas da ESS/PE, estagiou na instituição entre 1942-1944, realizando tarefas de assistente social (associadas a função de professora especializada) junto aos então chamados “menores anormais” (crianças com deficiência) e suas famílias, utilizando técnicas do *Serviço Social de Casos*, referenciado pela concepção de “desajustamento”, e subsidiado pela psicologia e psiquiatria. Porém, até 1949, inexistia um órgão do Serviço Social na instituição (COSTA, 1949). A mesma autora assevera, embora sem informações mais detalhadas, ter sido convidada a trabalhar na LBA, em 1942, após sua inserção no curso de Serviço Social (COSTA, 1949, p. 58).

⁷ Acerca da atuação nesse Departamento, apenas Oliveira (1950) indica algumas informações. Menciona que duas alunas concluintes (é provável que da segunda metade dos anos 1940) ficaram encarregadas do então extinto Departamento de Assistência Social da LBA. Recorda Oliveira (1950, p. 34): “Em nosso meio tivemos duas alunas concluintes encarregadas do antigo Departamento de Assistência Social, que movimentaram o serviço com a colaboração de senhoras e senhoritas de nossa sociedade. Procuravam elas através de visitas domiciliares estudar os casos, e apresentavam relatórios às encarregadas do serviço para diagnóstico, e indicação de tratamento. Mas, apesar de toda boa vontade daquelas que se dedicaram a esses estudos, não se pode dizer que o trabalho foi realizado dentro da técnica. O espírito assistencialista dominava dirigentes e dirigidos, e assim começou a Legião a surgir diante do público como uma Instituição que distribuía gêneros, enxovais, remédios, etc. Com o tempo esta mentalidade foi criando vulto em nosso meio ambiente, e até novembro de 1949 todo nosso esforço e toda verba eram empregados na doação de recursos para prover necessidades imediatas, dada a impossibilidade de educar e encaminhar famílias para uma situação mais estável e menos humilhante”.

seja, diplomados) – a inexistência de regulamentação legal para o exercício da profissão possibilitava a ocupação de funções sem o requisito da diplomação, levando a que algumas da ESS/PE se incorporassem aos espaços inicialmente criados. Esse residual quadro profissional despontado era absorvido em espaços ocupacionais específicos, a partir do segundo lustro dos anos 1940, se firmando institucionalmente quanto mais se chega ao final da década, como trataremos na próxima seção

No intervalo que se desdobra, desde a criação da ESS/PE, até o início dos anos 1950, os espaços ocupacionais onde se encontravam assistentes sociais formadas, e com colocação profissional reconhecida oficialmente nas estruturas institucionais, reduziam-se aos seguintes⁸: a própria Escola de Serviço Social de Pernambuco; o Juizado de Menores; o Conjunto Residencial de Casa Amarela; a Agência de Serviço Social do Posto de Puericultura Francisco Pignatari; a Agência de Serviço Social Familiar – Comissão Estadual de Pernambuco; a Agência de Serviço Social do Hospital Osvaldo Cruz; a Agência de Serviço Social da Fábrica de Camaragibe; e a Agência de Serviço Social Familiar da Escola de Serviço Social de Pernambuco. Com exceção da Escola de Serviço Social, em todas as instituições o Serviço Social começou a comparecer a partir do segundo lustro dos anos 1940, e, de modo mais palpável, quando a década já estava se encerrando. A documentação disponível forneceu algumas características desses primeiros espaços ocupacionais, sinalizando para algumas tendências predominantes nesse estágio de emergência do Serviço Social em Pernambuco: uma intervenção profissional balizada pela concepção de “desajustamento social” e metodologicamente referenciada no “Serviço Social de Casos”; um “público-alvo” basicamente constituído por crianças, adolescentes e mulheres de franjas das classes trabalhadoras na condição da “superpopulação relativa”, ou absorvidos, especialmente, no setor do comércio (sem extração tipicamente operária).

O trabalho de Lira (1953) indica que, em 1946, tem início o Serviço Social no Juizado Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife, sob o comando do Juiz de Direito Rodolfo Aureliano da Silva. O Juizado fora criado em 1934, para “[...] exercer ação preventiva, repressiva e assistencial aos menores delinquentes e abandonados” (LIRA, 1953, p. 7), através de uma aparelhagem que

⁸ É sempre forçoso advertir que tais conclusões correspondem à aproximação a essa realidade permitida pelo andamento da pesquisa. Até o momento, no entanto, nenhum registro documental ou bibliográfico sugere, mesmo alusivamente, outros espaços existentes além dos que informamos na sequência.

incluía: dois Abrigos Provisórios (um masculino e outro feminino), antes existentes como Internato Profissional 5 de Julho; o Instituto Profissional de Garanhuns, anteriormente funcionando como Patronato Agrícola de Garanhuns; o Instituto Profissional de Igarassu, antes Escola Correccional de Garanhuns, mantida pelo Asilo Bom Pastor; e o Serviço de Proteção e Assistência a Menores Abandonados e Delinquentes, criado em 1938. Junto ao Juizado, além dos Abrigos Provisórios e demais equipamentos, existiam alguns estabelecimentos subordinados: o Núcleo de Escoteiros de Bongí (para menores de 10 anos); o Instituto Profissional de Pacas (para crianças entre 11 a 14 anos); a Granja Jangadinha (para adolescentes com mais de 15 anos); e o Instituto Profissional Feminino de Garanhuns. O Serviço Social surgiu como uma das seções do Juizado⁹, destinado ao “estudo e tratamento de caso” de cada criança ou adolescente, subsidiando o Juiz nos elementos necessários para sua melhor elucidação. Os registros de Lira (1953), relativos à segunda metade dos anos 1940, mostram que o Serviço Social do Juizado contava com um Diretor, quatro assistentes sociais plantonistas e mais dez visitadoras, e dispunha de uma agência em cada bairro, com sede em salões paroquiais, grupos escolares, etc. A própria Lira (1953) sinaliza para a interação entre essa aparelhagem do Juizado, onde o Serviço Social circulava; em seu Trabalho de Conclusão de Curso, diz que estava atuando no Serviço Social do Juizado de Menores em 1946, quando foi convidada para orientar o trabalho das Censoras do Abrigo Provisório Feminino (Internato), anexo ao Juizado, e destinado a receber meninas que aguardavam estudo e solução dos seus processos.

Por outro lado, Oliveira (1957) registra que, em janeiro de 1946, surgiu o Serviço Social no Conjunto Residencial de Casa Amarela, concomitante à inauguração dos próprios apartamentos, sendo criada, em abril do mesmo ano, uma Agência de Serviço Social de Casos no local. O Conjunto foi subsidiado pela carteira imobiliária do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), constituído por 243 casas de 2 pavimentos (totalizando 486 apartamentos), para atender às necessidades de habitação dos seus associados, através de aluguel dos imóveis. Empregando, de princípio, uma assistente social e duas agentes (então estagiárias de Serviço Social e alunas da ESS/PE), o Serviço Social do Conjunto Residencial nasce com intuito de selecionar os candidatos inscritos à aquisição das casas. Já a Agência de Serviço Social

⁹ Assim é descrito o conjunto das seções do Juizado, por Lira (1952, p. 8): Juízo, Delegacia de Menores, Serviço Social, Serviço Médico e Agência de Colocações.

de Casos é aberta para atender às famílias – em especial as mulheres e crianças – que eram identificadas em condição de “desajustamento social”. Mantida através de uma porcentagem dos alugueis, primeiramente esteve instalada em uma das casas, conquistando uma sala do prédio da administração do Conjunto Residencial anos depois. O Trabalho de Conclusão de Curso de Barreto (1955) mostra que as primeiras instalações representavam condições bastante limitadas para atuação do Serviço Social. E que circunstâncias mais favoráveis foram alcançadas apenas em setembro de 1949, após a inauguração da Biblioteca Infantil, a incorporação de estagiárias da ESS/PE de Serviço Social e a admissão de funcionárias – algo que, inclusive, oportunizou o desenvolvimento de experiências do Serviço Social de Grupos com crianças e adolescentes do Conjunto Residencial. Já em dezembro de 1952, um Centro Social é aberto, aglutinando todas as ações desenvolvidas (corte e costura, culinária, biblioteca, jogos, trabalhos manuais, discoteca, etc.).

Também, dentre as instituições (privadas ou oficiais) que, até 1952, se propunham a assistir à maternidade e à infância do Estado, apenas o Posto de Puericultura Francisco Pignatari¹⁰ – conforme Lima (1958) – havia criado oficialmente o Serviço Social na sua estrutura organizacional (em outubro de 1949), não obstante o carecimento de pessoal técnico nomeado ainda naquele início dos anos 1950¹¹. É assim sinalizado, por Lima (1958, p. 77), o caráter ainda inconsistente do Serviço Social ali existente em 1952: “É normal que não possam ser apresentados grandes resultados, diante da impossibilidade material da realização do trabalho. Apesar do Serviço Social ter sido fundado naquele Posto há 3 anos, ainda não logrou merecer pessoal técnico, nomeado pelo Estado, para exercer suas funções. É essa a situação do único serviço social existente nas instituições, quer privadas ou oficiais, que se propõem a assistir à mãe e à criança”. Tratava-se da existência de uma Agência de Serviço Social naquele Posto, destinada a prestar assistência social e educativa às gestantes matriculadas no Serviço Pré-Natal, através da aplicação do Serviço Social de Casos. Em 1951 há uma tentativa também de adoção do Serviço Social de Grupos, interrompida, e reiniciada no ano seguinte. Com efeito, essa consistia na primeira e única Agência de Serviço Social

¹⁰ Unidade localizada em Casa Amarela, na Estrada do Arraial, nº 4140.

¹¹ A assistente social chefe, que assumiu na época, foi a concluinte Semiramis Santiago, ex-aluna da Escola de Serviço Social de Pernambuco.

do Departamento Estadual da Criança até 1958, ano de redação do trabalho de Lima (1958).

Por último, encontramos também nas Agências de Serviço Social Familiar alguns espaços de intervenção do Serviço Social em Pernambuco, cujo início remonta ao final dos anos 1940. Oliveira (1950) dirigiu o Setor de Assistência à Família da LBA¹², e sistematizou sua experiência na Agência Comissão Estadual de Pernambuco, criada em 1949 como um setor da Assistência à Família na sede da LBA. Seu trabalho sugere uma atuação balizada pela concepção de “reajustamento” e a aplicação do Serviço Social de Casos, com forte perspectiva vocacional e apelo doutrinário, sendo desenvolvido em regime de plantão. Antes de 1949, apenas algumas experiências embrionárias se verificam no então extinto Departamento de Assistência Social da LBA, protagonizadas por alunas concluintes da ESS/PE. Oliveira (1950, p. 34) assim avalia essas experiências nascentes: “Procuravam elas [as concluintes] através de visitas domiciliares estudarem os casos, e apresentavam relatórios às encarregadas do serviço para diagnóstico, e indicação de tratamento. Mas, apesar de toda boa vontade daquelas que se dedicaram a esses estudos, não se pode dizer que o trabalho foi realizado dentro da técnica”.

Ademais, Oliveira (1950) menciona a existência de outras quatro Agências inauguradas, em geral, após 1948, empregando assistentes sociais: a já mencionada Agência de Serviço Social do Posto de Puericultura Francisco Pignatari, de Casa Amarela, prestando assistência médica, social e material a gestantes do bairro, através do estudo de casos; a Agência de Serviço Social do Hospital Osvaldo Cruz, a qual “[...] funcionando exclusivamente para atender os casos relacionados com os doentes internos no Hospital acima mencionado, o qual se propõe ao tratamento da tuberculose pulmonar. Esta Agência tem por finalidade garantir o contato entre o doente e sua família, e orientá-lo em relação às prescrições médicas, reajustando-o pelo estudo de caso e tratamento conveniente, sob o ponto de vista médico, material e moral”

¹² A mesma afirma ter estagiado no Colégio Estadual de Pernambuco, provavelmente durante o primeiro lustro dos anos 1940, pois fazia parte da primeira turma, sem, contudo, ter conseguido aproveitar o trabalho desenvolvido para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, com a dispersão da turma inicial da Escola nesses anos. Afirma ainda que sua intenção primitiva era utilizar a formação de Serviço Social para servir à Juventude Operária Católica, da qual fazia parte. Menciona que sua formação também recebeu uma contribuição do Instituto Social do Rio de Janeiro e da Escola de Serviço Social de São Paulo, a partir de uma bolsa de estudos de aperfeiçoamento de concluintes e terceiranistas concedida pela LBA.

(OLIVEIRA, 1950, p. 78); a Agência de Serviço Social junto à Fábrica de Camaragibe, “[...] que se propõe a atuar como agente de ligação entre os operários e a direção da Fábrica, exercendo sua ação junto ao patrão e contribuindo para que este possa compreender certos problemas, quer de ordem geral dos seus operários, obtendo a sua participação na solução dos mesmos” (OLIVEIRA, 1950, p. 79); e a Agência de Serviço Social Familiar da Escola de Serviço Social de Pernambuco, “[...] que funciona como campo de treinamento de alunas, ministrando-lhes os conhecimentos práticos do Serviço Social de Casos Individuais, com a supervisão da professora da referida cadeira” (OLIVEIRA, 1950, p. 79).

Esse quadro dos espaços ocupacionais de assistente sociais é profundamente dinamizado pelas transformações econômicas e políticas deslanchadas a partir da década de 1950 no Nordeste. Uma expressão do “desenvolvimento desigual interno” (FERNANDES, 1976) do capitalismo no Brasil é esse compasso temporal peculiar da acumulação de capital na região: somente no curso dos anos 1950 ela sofre um impulso industrializante de maior vulto. A erosão da economia tradicional e a submissão ao capital monopolista, comandado pelo Centro-Sul e subsidiado pelo Estado, implicaram num agravamento das sequelas sociais da acumulação e num acirramento das lutas de classes em nível regional. Concomitantemente, ocorria uma significativa modernização e complexificação da aparelhagem governamental necessária à regência dos novos processos produtivos e ao deslocamento das contradições sociais e políticas crescentes – cujo ponto culminante se encontra nas mudanças operadas no bojo do ciclo ditatorial aberto em 1964¹³. Assim, mesmo antes de encerrada a década de 1960, a composição do mercado de trabalho de assistentes sociais estava em expansão, e era francamente mais complexa do que aquela despontada dois decênios antes – refletindo no maior número das diplomações¹⁴. Um documento da ESS/PE, destinado ao levantamento dos motivos para a criação do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, fornece o panorama dos espaços existentes em finais de 1960, e das perspectivas abertas:

¹³ Uma síntese da relação entre esse ciclo industrializante no Nordeste, a atuação da SUDENE e as modificações da formação em Serviço Social na região é oferecida por Vieira (1992). O estudo de Oliveira (2008) analisa essa captura do Nordeste pelo grande capital. E o relato de Page (1962) fornece uma interessante mostra da movimentação camponesa, da atuação das esquerdas, da SUDENE e da intervenção norte-americana nesse período.

¹⁴ Somente no ano de 1957, a ESS/PE diplomou o mesmo número de assistentes sociais (16) que havia formado, cumulativamente, nos dezesseis anos anteriores de sua existência.

Vale a pena referir, neste particular, a expansão do Serviço Social que vem se efetuando até mesmo nas Universidades, como é o caso da experiência do CRUTAC (Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária), iniciada no Rio Grande do Norte [...]. Também a ampliação do Serviço Social ao nível da comunidade, nos hospitais universitários, se constitui fonte de demanda profissional. Todavia, fora dos limites da Universidade, os planos de desenvolvimento integrado, que os municípios de maior relevo do Nordeste se aprestam a realizar, de acordo com programação do Ministério do Interior, estão, necessariamente, ampliando a faixa de atuação dos Assistentes Sociais, vinculados como são estes, pela sua profissão, ao desenvolvimento. As reformas administrativas em execução contribuem, por sua vez, para alargar os horizontes profissionais, eis que se vem revelando os Assistentes Sociais técnicos de grande valor na aplicação de políticas e procedimentos da administração de pessoal [...]. Mas, não se pode deixar de mencionar a demanda profissional, nos serviços de assistência aos menores, como é o caso da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, que vem contratando os serviços de um bom número de Assistentes Sociais; assim, também o INPS cujo órgão de pessoal em Pernambuco tem recrutado profissionais até em outros Estados (ESS/PE, 1969, p.2).

Prossegue o mesmo documento, arrolando as principais instituições empregadoras então existentes, e algumas áreas de atuação: o chamado “serviço social penitenciário”; o “serviços sociais” dos órgãos de Previdência Social em geral; os programas de desenvolvimento comunitário realizados sob os auspícios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); as Secretarias de Estado; o Serviço Social Contra o Mocambo; o Departamento de Estradas e Rodagem; a Prefeitura Municipal do Recife; a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF); a Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE); a Rede Ferroviária do Nordeste (RFN); a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO); a Legião Brasileira de Assistência (LBA); as Entidades Paraestatais como o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) etc.; a Arquidiocese de Olinda e Recife e as Dioceses do Interior; a Confederação Evangélica; as Cooperativas; os Hospitais; as Empresas Privadas de maior porte, etc. (ESS/PE, 1969, p. 3).

Em termos dos campos de trabalho, são assim classificados na Exposição de Motivos (ESS/PE, 1969, p. 2-3), associados às respectivas respostas profissionais previstas à época:

[...] a saúde pública, que pode ser reforçada por esses profissionais com vistas à recuperação dos enfermos; a educação, pela integração entre escola, família e comunidade; no trabalho, como foi referido, sobretudo no âmbito da administração de pessoal, concorrendo para o esclarecimento das relações entre patrões e empregados e buscando a sua melhoria, além de organizando e coordenando os programas de bem-estar dos empregados; nos planos de

habitação, selecionando e educando os moradores das novas residências, auxiliando-os na adaptação ao novo ambiente além de colaborarem em outros serviços próprios de comunidade; na justiça pesquisando antecedentes sociais, participando das questões envolvidas no cumprimento de normas do Direito de Família, assistindo na reabilitação de delinquentes etc.; nos programas de nutrição das escolas, em que intervêm fatores sociais auxiliando, também, na disseminação de informações sobre dietética. Isto, sem falar nos programas de desenvolvimento da comunidade, em que o Assistente Social além de exercer funções de organização e educação pode realizar numerosos outros trabalhos de conteúdo social, variáveis em função dos objetivos fixados e das autoridades eu superintendem a execução do programa (ESS/PE, 1969, p. 2-3).

Com isso, buscamos sinalizar o adensamento dos espaços ocupacionais e das áreas de atuação, ocorrente, sobretudo, após os anos 1960, para nuançar o caráter embrionário das possibilidades de intervenção profissional vigentes ao final da década de 1940. Embora a consolidação do Serviço Social suponha a sua emergência, as alternativas de intervenção presentes nesta última não correspondem – nem qualitativa, nem quantitativamente – àquelas alcançadas quando da vigência das tendências econômicas, políticas e estatais desabrochadas pelo metabolismo capitalista das décadas seguintes.

3. Considerações finais

Os anos 1940 consistem no período de gestação do Serviço Social em Pernambuco. Com efeito, até antes do encerramento da década, os supostos que contribuiriam para forjá-lo enquanto área de intervenção socio-ocupacional específica, com inserção minimamente efetiva e reconhecida na aparelhagem assistencial, ainda estavam sendo firmados. Essa particularidade temporal do evoluir da profissão no estado, por sua vez, contribui para a determinação dos arranjos teórico-metodológicos, da especificidade e complexidade das demandas e respostas profissionais, da auto-representação dos agentes, que marcam peculiarmente o Serviço Social nessa realidade regional desde sua constituição. Ou seja, já a partir da sua efetiva emersão profissional, praticamente dada na entrada dos anos 1950, os vetores próprios da sua constituição não se restringem aos que concretizam estritamente o Serviço Social “tradicional” e o “perfil pedagógico da ‘ajuda’”.

Seja em algumas experiências práticas iniciais mais consistentes, sejam nos requisitos da formação especializada firmados após o aparelhamento da ESS/PE, se

inscrevem elementos próprios da erosão do tradicionalismo, também associados ao “perfil pedagógico da participação” (ABREU, 2008) – tanto, por exemplo, com a assimilação de disciplinas e instrumentos da abordagem “comunitária” (após 1948), com o envolvimento da ESS/PE nos Congressos Pan-americanos de Serviço Social (iniciados a partir de 1945), quanto com a evidente presença, no discurso e orientação profissional, de um aspecto técnico, balizado pela psiquiatria e/ou por referenciais norte-americanos (notadamente, na experiência ocorrida em finais de 1940, na Escola Ulisses Pernambucano, e na criação do Fichário Central de Obras Sociais, também nesse período). Embora essa particularidade não nos autorize a sustentar uma ausência de supremacia do tradicionalismo, sinaliza, todavia, para uma tessitura do Serviço Social em Pernambuco mais permeável (menos refratária) a tendências atualizadoras e/ou inovadoras – cujo espectro comporta, desde aquelas de cariz modernizador, até as perspectivas abertamente contestadoras.

Referências

- ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANDRADE, M. da G. de L. **Uma experiência de Serviço Social junto aos círculos operários**. Recife, 1946. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1946.
- BARRETO, M. S. **Uma experiência de Serviço Social de Grupos junto a adolescente**. Recife, 1955. 231 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1955.
- BERNARDES, D. **Relatório Final do Projeto Memória da Escola de Serviço Social de Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. (mimeo).
- CARVALHO, R.de. Modernos agentes da justiça e da caridade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 43-71, mar. 1980.
- COSTA, A. L. P. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis**. Recife, 1949. 166 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1949.
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESS/PE). **Exposição de Motivos ao Professor Murilo Umberto de Barros Guimarães, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco**. Setembro de 1969. (mimeo).

_____. **Relatório da Comissão Verificadora**. Recife, 31 de janeiro de 1955 (mimeo).
FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro:
Zahar Editores, 1976.

GOMES, V. D. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945 Políticas de ação e ações políticas**. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

IAMAMOTO, M. V.. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LANDIM, V.; GOMES, V. D. O Serviço Social no processo do movimento circulista. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985. p. 14-26.

LIMA, M. D. A. **Tentativa de aplicação do método de Serviço Social de Grupo num Posto de Puericultura**. Recife, 1958. 78 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1958.

LIRA, M. H. de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Abrigo Provisório Feminino do Juízo Privativo de Menores Abandonados de Delinquentes do Recife**. Recife, 1953. 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1953.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, abr., p. 87-132, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 49-77.

OLIVEIRA, A. A. M. de. **Uma experiência de Serviço Social de Casos num conjunto residencial**. Recife, 1957. 68 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1957.

OLIVEIRA, A. S. de. **Uma experiência de Serviço Social junto ao Setor de Assistência à Família de Legião Brasileira da Assistência (Comissão Estadual de Pernambuco)**. Recife, 1950. 100 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social de Pernambuco, Recife, 1950.

OLIVEIRA, F. de. **A noiva da revolução / Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PAGE, J. A. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil 1955-1964**. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985.

VIEIRA, Ana Cristina de S. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.